



OS IMPACTOS DA ONDA DE CALOR

Café e açúcar vão
ficar mais caros.
Inflação nos
alimentos pode
subir para
dois dígitos

Com os
termómetros
nos 40 graus,
consumo
de eletricidade
bateu recorde

Sete dias
de aquecimento
extremo fazem
produtividade
cair 0,3%,
diz a OCDE

P. 6 a 9



PRIMEIRA LINHA II IMPACTOS DA ONDA DE CALOR



Os preços do café - tanto a variedade arábica como robusta - têm estado a subir nos mercados internacionais. E a bica pode ficar em breve mais cara.

Café, cacau, açúcar. Há um menino que fará subir preço

O fenómeno climático El Niño, que poderá prolongar-se até novembro, deverá pressionar as colheitas e impulsionar as cotações de variados produtos agrícolas. Depois do choque decorrente da guerra no Médio Oriente, o consumidor pode, assim, voltar a deparar-se com preços mais caros.

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt

Ainda o mundo está a tentar refazer-se da forte subida dos preços da energia, à conta do fecho do estreito de Ormuz durante o conflito com o Irão (que está agora a recrudescer), e dos produtos alimentares - por força do aumento

de custos do combustível para os transportes e também pela forte queda da oferta de fertilizantes para a agricultura, já que grande parte era igualmente escoada por Ormuz - e já há um "menino" a trazer mais dissabores aos consumidores. Trata-se do fenómeno climático El Niño, que traz um aumento das temperaturas a nível global, o que significa que muitas colheitas podem ser afetadas, fazendo subir os preços dos produtos agrícolas. É o caso do café, ca-

cau, açúcar, trigo e arroz.

Atendendo a que o clima é um fator preponderante para a agricultura, a perspectiva de aquecimento anormal das águas do Pacífico, que ressoa nos padrões atmosféricos de todo o mundo, poderá assim beneficiar os investidores que decidam apostar nas "commodities" agrícolas, já que estas deverão encarecer - mas castigando os consumidores pela subida dos preços dos alimentos, já em níveis altos devido à ofensiva



Impacto no açúcar deve ser maior, pela procura acrescida de biocombustíveis resultante do choque petrolífero.

ANALISTAS
Schroders

2000

CAFÉ
Preço do café registou, na sessão de 6 de julho, maior subida diária desde o ano 2000, ao disparar 15%.



Jens Bittne/AP



O açúcar deverá estar igualmente vulnerável. "Em episódios anteriores do El Niño, a produção na Índia e na Tailândia registou quedas de 20 a 30%, levando os principais produtores a recorrer a importações líquidas e fazendo os preços subir significativamente. O impacto poderá ser mais acentuado desta vez, dado que uma maior parte das reservas de açúcar está a ser desviada para a produção de etanol", diz a Schroders, salientando que a procura de biocombustíveis está a ser reforçada pelo choque petrolífero no Médio Oriente, o que aumenta a utilização de açúcar, milho e óleo de soja.

Também a XTB se debruçou sobre este cenário, numa análise ao café e cacau, sublinhando a importância dos fenómenos climáticos na produção destas matérias-primas agrícolas. "No passado dia 6 de julho, o preço do café registou o seu maior aumento diário desde 2000 (com uma subida superior a 15%), atingindo os 3,5 dólares por libra-peso. Esta volatilidade deve-se a oscilações climáticas severas no Brasil, que atrasaram as colheitas, afetando não só a variedade arábica, mas também o café robusta, que subiu 8% e ultrapassou os 4.100 dólares por tonelada, num contexto global agravado pela diminuição dos stocks certificados e pela ameaça do El Niño", diz a corretora numa análise a que o Negócios teve acesso.

No que toca ao cacau, os preços voltaram a superar os 5.000 dólares por tonelada, quase duplicando em relação aos mínimos registados no final de fevereiro. "O mercado está, mais uma vez, a precificar os riscos climáticos na África Ocidental, a região responsável pela maior parte da produção mundial de cacau, com os investidores cada vez mais preocupados com o impacto do El Niño na próxima colheita, com início em setembro", aponta a XTB.

E as previsões meteorológicas não são a única razão por detrás da recente subida dos preços, frisa a corretora. "Os primeiros levantamentos de campo na Costa do Marfim indicam uma formação abaixo da média de vagens jovens de cacau, conhecidas como 'cherelles', o que constitui um dos primeiros sinais de alerta para a próxima época". Os analistas continuam a prever um excedente global de cacau, mas as projeções foram revistas significativamente em baixa, à medida que os riscos climáticos continuam a aumentar. ■

no Médio Oriente, que acarretou novas pressões inflacionistas.

"O risco para a produção agrícola é mais grave nas regiões onde não foram garantidos stocks de fertilizantes antes do conflito [no Médio Oriente] e no caso de culturas com elevadas necessidades nutricionais que entram nas suas fases-chave de desenvolvimento quando a intensidade do El Niño atinge o seu pico", sublinha uma análise da Schroders. "A confluência destes fatores de risco é mais visível no caso do arroz, trigo, açúcar e cacau", aponta.

O El Niño, refere o "research" da gestora de ativos britânica, "traz normalmente chuvas de monção mais fracas e calor acima do normal para as zonas de cultivo de arroz do Sul da Ásia, enquanto a África Ocidental enfrenta o risco de condições mais secas e ventos mais fortes, o que afeta a produção de cacau".

No que diz respeito ao trigo, "prevê-se que a área plantada na Austrália registre uma queda acentuada, com a produção a poder diminuir em cerca de 9 milhões de toneladas na campanha agrícola de 2026/27".

El Niño pode empurrar inflação alimentar para dois dígitos em 2027

Os preços dos alimentos começaram a encarecer com a escassez de fertilizantes - e o impacto poderá ser agravado por condições de cultivo mais difíceis.

"Prepare-se para o El Niño". O alerta é da Organização Meteorológica Mundial (OMM), que diz que, à conta de águas oceânicas invulgarmente quentes no Pacífico tropical, as condições deste fenómeno climático "estão a desenvolver-se e deverão influenciar os padrões globais de temperatura e precipitação, aumentando o risco de fenómenos meteorológicos extremos nos próximos meses". "Temos de nos preparar para um fenómeno El Niño potencialmente forte, que agravará a seca e as chuvas intensas e aumentará o risco de ondas de calor", adverte.

Segundo a OMM, existe uma probabilidade de 80% de ocorrer um El Niño em julho e agosto. Mas não só. "As probabilidades de este fenómeno se manter pelo menos até novembro rondam os 90%", aponta.

Já a Schroders fala num "Super El Niño", que "ameaça provocar ondas de inflação impulsionadas pelas matérias-primas até 2027". "Um El Niño potencialmente forte em 2026, que alterará a distribuição global da chuva e se somará à perturbação no abastecimento de fertilizantes, poderá empurrar a inflação alimentar do próximo ano para valores de dois dígitos",

sublinha a análise da Schroders.

O El Niño pode afetar a economia global de várias formas: "episódios anteriores perturbaram os níveis de água no Canal do Panamá, reduziram a produção de energia hidroelétrica e provocaram inundações e secas fora de época em todo o mundo", dizem David Rees, diretor de economia global, e Sandeep Jaggi, analista de mercados emergentes e matérias-primas da Schroders. E esses efeitos têm impacto na produção alimentar - e nos preços.

Este cenário poderá agravar a tendência estagflationista que já se observa na economia global, à medida que os preços mais elevados da energia se repercutem nos consumidores, dizem os estrategas da Schroders. "Por exemplo, se esta confluência de fatores fizer com que o índice de preços dos alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) suba 50% até ao final do ano, é provável que a inflação dos alimentos no G7 atinja valores de dois dígitos em 2027 - o suficiente para acrescentar mais de um ponto percentual à inflação global", alertam.

Embora a importância dos alimentos no cabaz de preços no

consumidor varie entre os diferentes mercados - oscilando entre apenas 10-15% nos mercados desenvolvidos e 25% ou mais nos mercados emergentes -, o surgimento de uma onda de inflação alimentar, precisamente quando o atual choque de inflação energética parece começar a abrandar, "poderá manter a pressão sobre os rendimentos reais e travar o consumo por mais tempo".

O índice FAO para os preços mundiais das matérias-primas alimentares registou uma ligeira descida de 0,3% em junho (face ao maio), para 130,3 pontos, "uma vez que as cotações mais baixas dos cereais, do açúcar e dos produtos lácteos compensaram as cotações mais elevadas dos óleos vegetais e da carne", de acordo com os dados divulgados a 3 de julho pela organização da ONU. No entanto, o índice manteve-se no mês passado 2,2% acima do nível registado no ano anterior.

O El Niño tem uma "irmã gémea" que provoca efeitos opostos. Chama-se La Niña e traz consigo descidas da temperatura e alterações significativas nos padrões de precipitação, podendo assim castigar as colheitas no Hemisfério Sul. ■ CP

2027

INFLAÇÃO

Um El Niño forte poderá provocar ondas de inflação, decorrentes das matérias-primas, até 2027.

50

FAO

Se índice de preços dos alimentos da FAO subir 50% até ao final do ano, inflação alimentar no G7 pode disparar.

2,2

JUNHO

Em junho, o índice da FAO recuou 0,3 face a maio. Mas face ao mesmo mês do ano passado, ficou 2,2% acima.



PRIMEIRA LINHA II IMPACTOS DA ONDA DE CALOR

Sete dias de calor extremo reduzem produtividade em 0,3%, diz a OCDE

Portugal está entre os países mais expostos ao stress térmico na Europa, mas também entre os que melhor têm resistido até agora. Estudo da OCDE mostra que impactos na produtividade do aquecimento extremo podem ser superiores e que a resiliência pode não chegar.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt

Uma onda de calor de sete dias consecutivos reduz a produtividade laboral das empresas em cerca de 0,3% num ano, segundo um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e que identifica Portugal como um dos países mais expostos ao fenómeno.

O estudo "Stress térmico, produtividade e adaptação nas empresas", publicado em 2024, analisou mais de 2,7 milhões de empresas em 23 economias avançadas entre 2000 e 2021 (das quais cerca de 210 mil em Portugal), cruzando dados meteorológicos com informações das empresas.

Os investigadores testaram o efeito de ondas de calor (períodos de dias consecutivos com temperaturas acima do habitual para cada localização) e concluíram que quanto mais longa for a onda de calor, maior é o impacto na produtividade. A duração da onda de calor mais longa testada no estudo, de sete dias, implica uma perda de produtividade de 0,3%.

"Este é um efeito economicamente significativo", afirma ao Negócios Hélia Costa, economista da OCDE e uma das autoras do estudo, acrescentando que o impacto agrava-se de forma "não linear" com a intensidade da temperatura. Com temperaturas de 40 graus, o efeito na produtividade é cinco vezes maior (1,5%) do que o observado nos dias com 35 graus.

Por outro lado, o estudo mostra que um cenário de aquecimento generalizado de mais 2 graus na temperatura média pode reduzir a produtividade laboral em cerca de 0,4% ao ano.



Ricardo Almeida

Os "sectores fisicamente intensivos", como a indústria, são os mais afetados pelas ondas de calor.

Portugal surge no estudo entre os países mais expostos ao calor, com uma média de cerca de 85 dias por ano acima dos 30 graus entre 2017 e 2021, ficando apenas atrás apenas de Espanha. Em 2020, 35% das empresas portuguesas na amostra registaram pelo menos um dia acima dos 35 graus, com alguns casos a chegar a 49 dias nesse ano.

Números do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) citados pela especialista dão conta de que, só em agosto de 2025, houve dez dias em que mais

de 60% das estações meteorológicas de Portugal continental registaram temperaturas máximas acima dos 35 graus. "Isso significa que apenas um mês pode acarretar prejuízos equivalentes aos de um aumento de 5% nos preços da energia", avisa a economista da OCDE.

No entanto, prossegue Hélia Costa, o mesmo boletim do IPMA mostra que algumas regiões registaram mais de 20 dias com estas temperaturas. "Isto sugere que, em algumas regiões, um único mês de exposição ao calor pode já atingir

uma escala economicamente [ainda mais] relevante", conclui.

Além disso, o impacto negativo das ondas de calor não desaparece de imediato, continuando a limitar a produtividade das empresas nos dois anos seguintes, lê-se no paper.

As empresas de sectores onde o trabalho é fisicamente mais intensivo, como a indústria transformadora, mas também o alojamento e restauração, são as mais penalizadas pelo calor extremo, diz a OCDE. Este segundo ponto é rele-

“

Significa que apenas um mês pode acarretar prejuízos equivalentes aos de um aumento de 5% nos preços da energia.

HÉLIA COSTA
Economista OCDE



5 REGRAS

Portugal está muito exposto, mas mais adaptado

Portugal é o segundo país mais exposto ao calor extremo no estudo da OCDE, mas também o segundo com maior adaptação das empresas, o que pode explicar uma contenção na perda de produtividade.

vante para Portugal, dado o peso do turismo na economia portuguesa, destaca Hélia Costa. "Muitas destas atividades dependem de trabalhadores, clientes e serviços locais a funcionarem normalmente durante períodos de calor", lembra.

São também as pequenas e médias empresas, que dominam o tecido empresarial português, as mais afetadas, por terem menos recursos para investir em adaptação (equipamento de climatização, alterações aos edifícios ou reorganização do trabalho) do que as grandes empresas.

Resiliência tem limites

Apesar da forte exposição às ondas de calor, Portugal está entre os países com menores perdas de produtividade registadas entre 2000 e 2021, o que sinaliza, de acordo com o estudo, algum grau de adaptação das empresas.

A OCDE produziu um índice que mede a adoção de medidas de adaptação e Portugal surge em segundo lugar entre os países analisados, atrás apenas da Roménia, ficando à frente de economias como Alemanha, Itália ou Espanha. Contudo, Hélia Costa desvaloriza esta leitura, afirmando que a diferença entre países "reflete tanto diferenças de exposição como de estrutura económica".

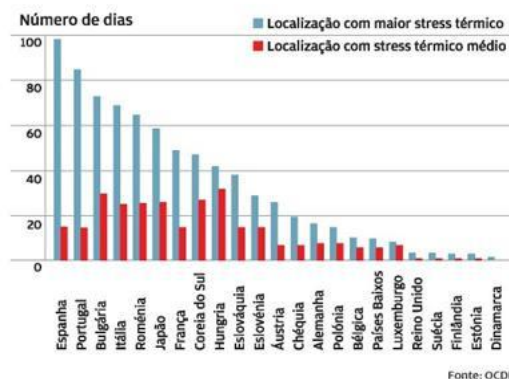
Por outro lado, a economista da OCDE considera que a adaptação atual das empresas "não é suficiente". Aliás, os autores avisam mesmo que "não há evidência de adaptação a temperaturas extremas severas", ou seja, acima dos 40 graus.

"O calor é mas é também um risco económico", conclui a economista da OCDE. E acrescenta: "Reduzir a exposição de empresas e trabalhadores ao calor extremo pode ajudar a proteger a produtividade, a atividade económica local e os resultados económicos". ■

PORTUGAL É DOS MAIS EXPOSTOS

Dias por ano acima de 30°C, por país (2017-2021)

Portugal regista, em média, 85 dias por ano acima de 30°C entre 2017 e 2021 nas suas regiões mais quentes, mais do que qualquer outro país dos 23 analisados pela OCDE, à exceção de Espanha, que lidera com quase 100 dias. Nas regiões com a temperatura média, o número de dias acima dos 30°C é significativamente menor.

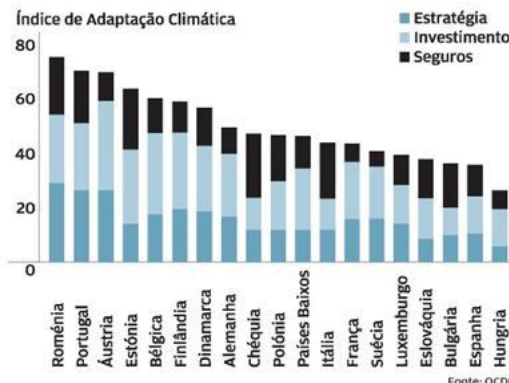


Fonte: OCDE

PORTUGAL É O DOS MAIS ADAPTADOS

Índice de adaptação privada das empresas ao calor, por país

Portugal surge em 2.º lugar no índice de adaptação privada da OCDE, atrás da Roménia, e à frente de países como Alemanha, Itália ou Espanha, segundo inquérito às empresas europeias. Adaptação pode implicar uma maior proteção da produtividade, mas temperaturas acima dos 40°C colocam dificuldades extras, diz OCDE.



Fonte: OCDE



Dias 2 e 3 de julho bateram recordes de consumo em meses de verão.

Calor leva consumo de eletricidade a recordes de verão

Onda de calor fez disparar a procura, reflexo das maiores necessidades de arrefecimento. Atingiram-se máximos históricos de consumo.

A onda de calor do início de julho levou a procura de eletricidade a atingir novos máximos para os meses de verão, tanto em energia consumida ao longo de um dia como na potência máxima exigida ao sistema elétrico. Dados provisórios da REN Data Hub mostram que os recordes foram alcançados entre os dias 2 e 3 de julho, coincidindo com o período em que as temperaturas ultrapassaram os 40 graus.

O consumo diário atingiu 165,6 gigawatts-hora (GWh) no dia 2 de julho, estabelecendo um novo máximo para os meses de verão. O recorde voltou, porém, a ser batido no dia seguinte, quando a procura alcançou 171,1 GWh. Até então, o maior consumo diário registado durante o verão era de 163,4 GWh, observado a 13 de julho de 2022.

Também a ponta de consumo, ou seja, o momento em que a procura de eletricidade atinge o valor mais elevado, estabeleceu um novo máximo de verão. Às 20h00 de 2 de julho, a procura instantânea chegou aos 8.493 MW, acima do anterior recorde de 7.918 MW, registado a 30 de junho de 2025.

Calor aumentou consumos

Segundo a REN, a onda de calor teve impacto na procura de eletricidade, refletindo-se no aumento dos consumos diários e das pontas de consumo, sobre-

tudo entre 1 e 3 de julho, os dias em que se registaram as temperaturas mais elevadas.

"A onda de calor teve impacto na procura, com o aumento dos consumos diários e das pontas de consumo, especialmente entre 1 e 3 de julho", diz a empresa ao Negócios.

A gestora da rede nacional de transporte explica que, nos dias mais quentes, a energia consumida situou-se acima dos valores registados nas datas homólogas do ano anterior.

A REN acrescenta que a comparação dos consumos corrigidos do efeito da temperatura demonstra que uma parte relevante deste aumento esteve associada ao crescimento das necessidades de arrefecimento, refletindo uma maior utilização de equipamentos como aparelhos de ar condicionado.

"A comparação dos consumos com correção da temperatura demonstra também que uma parte relevante deste acréscimo esteve associada ao aumento das necessidades de arrefecimento", explica.

Os dados enviados ao Negócios são provisórios e mostram que, além dos novos máximos de verão em consumo diário e em ponta de consumo, a procura de eletricidade se manteve em níveis elevados ao longo da vaga de calor, acompanhando a subida das temperaturas registada no início de julho. ■ PVR